

Proposta de PCS ainda é insuficiente

Nova reunião dia 23 de abril entre a Contraf/CUT e a Caixa vai negociar os critérios para avaliação de desempenho para progressão na carreira. A empresa também ficou de apresentar uma proposta de PLR própria e outra para a instalação de uma CCP

Na rodada de negociação da mesa permanente que manteve na terça-feira 8 com a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf/CUT), representante dos sindicatos, e com a Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa), em Brasília, a Caixa apresentou proposta para a unificação da tabela do Plano de Cargos e Salários (PCS). Essa proposta será levada para apreciação do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (Dest), órgão vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Concluída essa etapa, a proposta de PCS da Caixa passará a ser debatida pelos empregados.

Na reunião, a empresa divulgou os parâmetros de sua proposta, que prevê piso de R\$ 1.244,00 (equivalente à referência 101 do PCS de 1998) e teto de R\$ 3.700,00, contemplando o valor da referência 95, as VPs do Salário-Padrão (corresponde a 1/3 da tabela de 1989) e as VPs Tempo de Serviço, correspondendo a 1/12 sobre o valor da tabela.

Também fica previsto o impacto dos R\$ 30 pagos na campanha salarial de 2004 aos empregados que ganhavam até R\$ 1.500. Pela proposta, os empregados que recebiam em 2004 mais de R\$ 1.500, ao optarem pela nova tabela, passam a receber R\$ 30 linearmente para ajustar o valor do salário.

A proposta da Caixa prevê ainda que o sistema de migração ocorra por aproximação salarial.



Na avaliação do diretor do Sindicato e integrante da Comissão Executiva dos Empregados Jair Pedro (de frente, segundo da dir. para a esq.), o extenso número de referências da nova tabela pode trazer problemas

A tabela seria composta de 72 níveis salariais, resultando em um interstício linear de 1,55% (diferença entre uma referência e outra). No novo modelo de PCS, a primeira referência seria a 201 e a última a 272, com uma amplitude de 197,4%, correspondendo à diferença entre piso e teto.

Essa proposta, agora, deverá ser apreciada pelo Dest, podendo sofrer ainda modificações. O coordenador da CEE/Caixa, Plínio Pavão, lembra que, na campanha salarial do ano passado, “o compromisso assumido pela Caixa foi o de apresentar para os empregados uma proposta de PCS dentro dos parâmetros acordados com a representação nacional dos empregados, e com aprovação do Dest até o final de abril. Depois

disso, os empregados deverão se mobilizar para modificar o que acharem negativo na proposta”.

Ele afirma que essa mobilização é muito importante, pois está agendada para o dia 15 de abril uma reunião do Comando Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro, que deverá definir proposta de realização de uma plenária nacional para debater especificamente a questão do PCS na Caixa, em meados de maio.

Avaliação

De acordo com a CEE/Caixa, a proposta da empresa apresenta alguns problemas. Entre os quais a insistência da Caixa em vincular o PCS com a obrigatoriedade de adesão ao saldamento do REG/Replan e ao Novo Plano da Funcef, regra repudiada pela

representação dos empregados, que considera essa imposição ilegal e discriminatória.

A CEE/Caixa avalia também que o número de referências da nova tabela é extenso, o que pode trazer problemas no futuro. Havia a expectativa de que fosse apresentada uma tabela nem tão curta como a do PCS de 1998, com apenas 15 referências, e nem tão longa como a de 1989, que tinha 78 referências. “O entendimento, neste caso, é o de que uma tabela longa coloca em risco o compromisso assumido pela Caixa na campanha salarial de 2007 de restabelecer o processo de promoção por merecimento, que hoje não existe para os empregados novos (PCS 98) e está congelado

Continuação da capa

desde 1992 para os empregados antigos (PCS 89)", esclarece Jair Pedro Ferreira, diretor do Sindicato e integrante da Comissão Executiva dos Empregados.

Nova rodada

Ficou agendada para o dia 23 de abril uma nova reunião entre a Contraf/CUT e a Caixa na qual serão negociados os critérios para avaliação de desempenho para progressão na carreira. A CEE/ Caixa defende que alguns critérios sejam escolhidos pelos próprios empregados em cada unidade, num processo democrático em que todos possam opinar em igualdade de condições.

Pendências

Além do PCS, a comissão teve uma dura negociação com a Caixa sobre os temas que ficaram pendentes na reunião ocorrida no dia 29 de fevereiro. A Contraf/CUT já havia enviado uma correspondência ao banco no dia 12 de março cobrando posicionamento, mas nenhuma resposta foi recebida, demonstrando desrespeito com a mesa

permanente de negociação.

Sobre o descomissionamento de pessoas com cargo de gestor em razão de ações trabalhistas, a Caixa afirmou que fez um levantamento de todos os casos apresentados e concluiu que as demissões não se deram por conta das ações, mas por deficiência no desempenho. A comissão manifestou que não aceita essa justificativa, uma vez que vários empregados envolvidos no processo haviam recebido recentemente elogios pelo cumprimento de metas e outros critérios de desempenhos da própria gerência que os destituiu. Além disso, foi dito explicitamente em alguns casos que o motivo da destituição era a existência de ações na Justiça e que a Caixa não admite gestor com ação contra ela. Diante da intransigência da Caixa, a representação dos bancários afirmou que irá buscar outras formas de reverter a discriminação sofrida por essas pessoas.

Mais empregados

A Comissão Executiva dos Empregados mais uma vez co-

brou da Caixa uma posição sobre o não cumprimento de compromisso negociado durante a última Campanha Salarial de contratação de 3 mil funcionários ainda em 2007. Os trabalhadores cobraram também maior celeridade nas contratações, o que não vem ocorrendo.

A empresa informou que, de setembro de 2007 até 31 de março deste ano, contratou 2.042 novos empregados. A CEE/ Caixa ponderou, no entanto, que só no Plano de Apoio à Aposentadoria (PAA) saíram 1.120 empregados, o que, somado a demissões por justa causa e outras situações, chegam a 1.764 trabalhadores que deixaram o banco. Assim, a contratação líquida foi de 278 empregados, menos de 10% do compromisso assumido. Para piorar a situação, a Caixa vem aumentando o volume de tarefa das agências. "Isso tem gerado um aumento de movimentação extraordinário em muitas agências, tornando a situação insustentável para os empregados", critica Alexandre Severo, secretário de Saúde do Sindicato e empregado da Caixa.

Outros temas

Também foi cobrado posicionamento quanto à política de Internet do banco, que continua trazendo descontentamento para o conjunto dos empregados. A comissão entregou na reunião ocorrida em 20 de dezembro de 2007 uma relação de propostas sobre o tema e o banco até então hoje não se manifestou. A Caixa comprometeu-se a dar um retorno na próxima negociação.

Outro item apresentado pela CEE/ Caixa e a Contraf/CUT foi a revisão do RH022, que determina que os empregados afastados por auxílio-doença comum deixem de receber a complementação salarial relativa ao cargo comissionado e CTVA a partir de 180 dias de afastamento. Isso tem forçado os empregados a abreviarem seu afastamento, pedindo alta do INSS mesmo não tendo ainda condições de saúde adequadas. O tema ficou de ser pautado para uma próxima reunião.

Ato contra o assédio moral na Matriz I

Em mais uma ação contra o assédio moral, o Sindicato realizou, no último dia 3, grande ato na Matriz I da Caixa Econômica para cobrar providências da direção da empresa sobre as recentes denúncias. Também foram distribuídas cartilhas com a definição clara do conceito e formas de manifestação do as-

sédio moral.

O projeto Sentinela, iniciativa do Sindicato em parceria com a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf/CUT) e a Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Centro Norte (Fetec/CN), já recebeu 11 denúncias registradas por empregados da Caixa e

que estão sendo apuradas.

Na quarta-feira 2, a diretoria do Sindicato se reuniu com a direção da Caixa para analisar as denúncias e buscar uma solução rápida para o problema. "Algumas dessas 11 denúncias já foram comprovadas e já estão bem próximas de um desfecho. É preciso acabar com a prática do assédio moral", afirma

Alexandre Severo, secretário de Saúde do Sindicato e empregado da Caixa.

"A Caixa, que diz ser uma das melhores empresas para se trabalhar, precisa estar mais atenta para a prática do assédio moral entre os empregados", completa Raimundo Felix, secretário de Finanças do Sindicato e empregado da Caixa.



O presidente do Sindicato, Rodrigo Britto, repudia o assédio moral e cobra o fim da prática abusiva na Caixa



Da esquerda para a direita: Orlando Gasparino, secretário de Saúde da Fetec/CN, e Alexandre Severo, secretário de Saúde do Sindicato



O diretor do Sindicato Romero Carvalho (à esquerda) explica as formas de manifestação do assédio moral

CI 293

Sindicato vai recorrer ao TST

O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 10ª Região concluiu, na quinta-feira 10, o julgamento do recurso ordinário do Sindicato no processo em que se discute a validade da Circular Interna 293 e a redução salarial imposta pela Caixa Econômica a quem reclamou judicialmente o direito à jornada de 6 horas.

Na semana passada, quando retornou à pauta do TRT, o juiz João Luiz Rocha proferiu voto de desempate. Por maioria de votos, negou-se provimento ao recurso do Sindicato. A 2ª Turma da TRT entendeu que o retorno para a jornada de 6 horas, acompanhada da redução proporcional do valor da gratificação, não é ilegal. O Sindicato vai recorrer ao Tribunal Superior do Trabalho (TST).

“O resultado, com apenas um voto de diferença, foi apertado. Por isso, estamos otimistas com o julgamento no TST”, afirma

Raimundo Felix, secretário de Finanças do Sindicato.

Até 5 de março, quando foi iniciado, o julgamento do recurso do Sindicato estava empatado na 2ª Turma. Dos cinco juízes, dois votaram a favor do recurso do Sindicato, dois votaram contra e outro pediu vistas do processo.

Próximos passos

O Sindicato aguarda a publicação do acórdão no Diário da Justiça para a interposição de recursos. Segundo a assessoria jurídica do Sindicato Crivelli Advogados Associados, há divergência da decisão do TRT com decisões de outros tribunais sobre matéria idêntica.

Na avaliação da assessoria jurídica do Sindicato, a decisão do TRT não encerra o caso. “Conhecemos os fundamentos da 2ª. Turma do TRT sobre essa matéria, já proferidos em proces-

sos individuais. A Turma, na sua composição majoritária, tem entendido que a redução proporcional não é prejudicial. Nosso entendimento, embasado em súmula 109 do TST e em decisões de outras turmas e de outros tribunais, é no sentido diametralmente oposto, ou seja, de que o valor pago remunerava simplesmente a maior responsabilidade do cargo, e não as horas excedentes (tanto que a Justiça do trabalho reconhece o pagamento das horas extras – 7ª. e 8ª. e a ineficácia da chamada “opção” pela jornada de 8 horas). A redução da gratificação representa, portanto, redução salarial vedada pela Constituição Federal (artigo 7º, VI)”.

Luta contra a CI 293

O Sindicato continua atuando em todas as frentes para tentar anular a CI 293, que pune os empregados ocupantes de cargos

técnicos que exerceram o direito constitucional de entrar na Justiça pela 7ª e 8ª horas. A diretoria do Sindicato solicitou audiência ao ministro do Trabalho, Carlos Lupi, para pedir sua intervenção e encaminhou pedido de investigação ao Ministério Público do Trabalho para apurar a atitude autoritária e punitiva da Caixa.

“Para o Sindicato, tal medida representa uma restrição aos ‘direitos e deveres individuais e coletivos’ previstos na nossa Constituição, materializada através da punição aos empregados que buscam a justiça, e um ataque frontal a uma conquista histórica da categoria, que foi a jornada de 6 horas para todos os empregados da empresa”, afirma o escritório da entidade sindical entregue ao ministro Carlos Lupi. Além do encontro com o ministro, o Sindicato aguarda o resultado da investigação do Ministério Público do Trabalho.

Previna-se. Denuncie o assédio moral

Os bancários já podem acessar na página do Sindicato www.bancariosdf.com.br (link à direita, logo acima) o novo sistema piloto de compilação de dados sobre a saúde do trabalhador bancário que vai reunir todas as informações sobre o tema e auxiliar a luta da categoria contra as péssimas condições de trabalho. Para acessar o sistema, clique em cima da logomarca do projeto, à direita do site. Por intermédio do novo canal, é possível à categoria fazer denúncias sobre assaltos a agências, assédio moral, comunicação sobre LER/Dort e conflitos no ambiente de trabalho, tudo de forma anônima.

NOTÍCIAS DO JURÍDICO

Bancário tem direito a trabalhar 6 horas diárias sem redução salarial

Em processo contra a Caixa Econômica Federal, ingressado por bancário no exercício da função de Auditor Júnior, houve garantia ao direito da jornada de 6 horas diárias sem redução salarial.

Na sentença, o juiz, ao verificar o conjunto probatório quanto à natureza técnica da função, reconheceu que ela não é de confiança, portanto, deferiu o pagamento de 2 horas extras diárias (7ª e 8ª) e reconheceu ilícita a alteração contratual promovida pelo banco quanto à redução salarial em decorrência da diminuição da carga horária, protegendo o direito ao recebimento integral da gratificação. E condenou a Caixa ao pagamento do valor equivalente ao cargo comissionado de 8 horas ao bancário (este processo ainda aguarda interposição de recursos).

O processo foi conduzido pela assessoria jurídica do Sindicato Crivelli Advogados Associados.

Sindicato aguarda audiência de integração do auxílio-alimentação

O Sindicato ajuizou ação, na condição de substituto processual dos associados, contra a Caixa Econômica Federal pleiteando os depósitos de FGTS (desde 1970), as diferenças sobre 13º salário, férias com acréscimo de 1/3 e demais verbas de natureza salarial sobre o auxílio-alimentação pago aos empregados admitidos de 1970 a outubro de 1992. O Sindicato aguarda agora designação de audiência inaugural.

De 70 a 92, a Caixa pagou o auxílio-alimentação em talonário ou em folha de pagamento. Nesse período o auxílio-alimentação era salário e não poderia ter sido excluído da remuneração do empregado. Essa tese já foi acolhida por outros Tribunais Regionais do Trabalho.

“A celebração do acordo judicial, pela Caixa, ainda que em outra base territorial, é demonstração inequívoca de que a Caixa deve pagar para todos os empregados, pois a estrutura salarial, o PCS e o regulamento da empresa é um só”, afirma Raimundo Félix, diretor do Sindicato e funcionário da Caixa.

CUT 25 ANOS

Começa mobilização para atos do 1º de Maio

A CUT e suas entidades filiadas já deram a largada na organização dos Atos do Dia Internacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras, comemorado no dia 1º de maio. A comemoração deste ano terá um sabor especial para a central, que comemora 25 anos de criação, além da recente aprovação no Congresso do reconhecimento legal das centrais sindicais. As principais bandeiras dos atos serão a implantação das convenções 151 e 158 da OIT a Campanha pela Redução da Jornada de Trabalho sem Redução de Salários.

Segundo nota enviada pela central, o ano de 2008 tem “um

caráter especial para a CUT e toda sua militância”. “Compleamos 25 anos de existência, com uma rica história de lutas e conquistas. Ao longo de toda esta história, a CUT articulou a defesa dos interesses imediatos com as lutas históricas da classe trabalhadora, na construção de uma sociedade democrática e socialista; temos nos pautados pelo fortalecimento da democracia, pela valorização do trabalho e pela ampliação de direitos. E agora, neste mês de março, uma reivindicação histórica dos/as trabalhadores/as brasileiros/as foi conquistada: o reconhecimento legal das



Centrais Sindicais”, comemora.

A nota destaca ainda a importância da participação dos sindicatos e dirigentes nos atos e na coleta de assinaturas para o abaixo-assinado da Campanha pela Redução da Jornada. “Todas as entidades cutistas filiadas deverão realizar mutirões, tanto nas ruas como nos locais de trabalho”, destaca o texto.

“Vamos engrossar o caldo das manifestações classistas da CUT e participar ativamente das campanhas pela redução da jornada e pela efetiva implementação das convenções 151 e 158 da OIT”, afirma o presidente do Sindicato, **Rodrigo Britto**.



traz dia 25 Coisa Nossa e o cantor Luiz Carlos, cover de Jessé

Em comemoração ao Dia do Trabalhador, o Sexta Básica traz no próximo dia 25 de abril, a partir das 18h, o grupo Coisa Nossa e o cantor Luiz Carlos, considerado o melhor cover de Jessé. As apresentações serão na Praça do Cebolão, no Setor Bancário Sul, em frente ao Edifício Sede I do Banco do Brasil.

Para lembrar os 15 anos da morte de Jessé, Luiz Carlos vai cantar ao lado de Rebeca, Marcelo e Cleófas, respectivamente filhos e irmão de Jessé. Acompanham Luiz Carlos os músicos Felipe Alves (teclados e violão), Josué Alves (guitarras), Hernandes (bateria), Daniel (piano e sintetizador), Mahull (percussão), e Wellington (baixo).

A produção do show de Luiz Carlos contou com a colaboração do músico, cantor e compositor brasileiro Felipe Alves, dono de um vasto material sobre Jessé, tais como CD, LP e compactos, vídeos e fotos.

Coisa Nossa

Criada há 29 anos, a banda Coisa Nossa mescla em seu repertório todas as tendências musicais, sobretudo o pagode. A banda já abriu shows de Jorge Aragão (padrinho da banda), Jovelina Pérola Negra (madrinha da banda, in memoriam), Exaltasamba, Art-Popular, Zeca Pagodinho, Grupo Fundo de Quintal, Grupo Raça, Martinho da Vila, Dona Ivone Lara, Alcione, Grupo 100%, Reinaldo Príncipe do Pagode, entre outros.

Quer virar ator ou atriz? Participe da oficina de teatro

Já estão abertas as inscrições para a oficina de teatro. Podem participar sindicalizados e seus dependentes. É preciso deixar nome, telefone e e-mail para confirmar a inscrição. Ao final do curso, que contará com aulas ministradas por atores e atrizes profissionais, será montada uma peça no Teatro dos Bancários. Mais informações pelos telefones 3346-9090 (secretária de Cultura) e 9988-3146 (Garcia).